

# cidadaes

## Imóvel abandonado preocupa mogianos

Moradores da rua José Avelino Ramos, conhecida como antiga rua Dois, no bairro Jardim Cambuci, em Mogi das Cruzes, estão preocupados com uma casa abandonada que está localizada em frente ao CEIM Clementina Alves Dalbelles. **Cidades, página 5**



Vitoria Mikaelli

Whatsapp: 96858-3924  
Somente para Redação e Fotografia

e-mails: reportagem@moginews.com.br  
redacao@jornaldat.com.br  
Publicidade: 4735.8020  
Serviço ao assinante: 4735.8015

## PASSOU

Proposta foi votada depois que a sessão foi suspensa por uma hora; aprovação segue para a sanção do prefeito

# Projeto que limita reajuste de IPTU em até 10% é aprovado

Luana Nogueira

O projeto de lei complementar que reduz o limitador do reajuste do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 60% para 10%, foi aprovado pela Câmara de Mogi. A proposta foi votada depois que a sessão ficou suspensa por mais de uma hora em decorrência da manifestação contra o aumento do tributo. Os manifestantes voltaram a ocupar o plenário e a frente do prédio do Legislativo.

A proposta que reduz o limitador do IPTU foi encaminhada na terça-feira pela Prefeitura. A medida é necessária para que os boletos com os novos valores possam ser emitidos e distribuídos para a cidade. A votação contou com 18 votos favoráveis e quatro abstenções dos vereadores



Diego Barbieri/CMC

Mesa diretora da Câmara conseguiu colocar o projeto em votação após paralização

petistas Iduigues Ferreira Martins e Rodrigo Valverde, além de Caio Cunha e Fernando Moreno, ambos do PV.

O projeto proposto pelo

Executivo recebeu duas emendas, uma de Martins e outra de Valverde, as duas foram rejeitadas. A primeira propunha que não houvesse

o reajuste de até 10% enquanto a segunda pedia que a cobrança fosse realizada apenas em 2019.

Durante toda a sessão as

peças que acompanhavam a discussão protestaram contra a proposta. Depois da votação do projeto de lei, o presidente Pedro Komura (PSDB) decidiu encerrar a sessão por causa do protesto. A Polícia Militar e a Guarda Municipal acompanharam todo o processo.

Komura informou que agora, a projeto será remetido para a Prefeitura. “Houve um entendimento entre os jurídicos da Prefeitura e da Câmara para que pudéssemos elaborar o parecer das comissões de Justiça e Redação, e Finanças e Orçamento. Tínhamos uma dúvida sobre a remissão do débito, que foi esclarecida. Agora, o projeto vai para sanção do prefeito e a Prefeitura vai trabalhar no recesso de Carnaval para que o novo carnê do IPTU possa ser preparado até o fim do mês”, explicou.

Valverde afirmou que pedirá uma reunião com o prefeito Marcus Melo (PSDB) para discutir a situação. “Mesmo antes da aprovação da lei, estávamos pleiteando para que o prefeito atendesse uma comissão dos moradores e justificasse essa medida. Queremos agendar essa reunião ainda nessa semana”, afirmou.

A balconista aposentada Selma Trindade, de 50 anos, afirmou que seu IPTU saiu de R\$ 280 para R\$ 585. “Sou contra o aumento até mesmo a proposta de 10%. Quero que não haja aumento no IPTU”, disse.

A professora Marise Tavares de Carvalho, 59, participou da manifestação na Câmara. “O mais justo é que fique o mesmo valor do ano passado. Ninguém quer deixar de pagar, mas tem que ser o certo”, falou.

## Folia

# Carnaval da Inclusão será nesta segunda

Isabella Grisaró\*

O “Carnaval da Inclusão” será na próxima segunda-feira, no salão social do Clube de Campo de Mogi das Cruzes, e reunirá pessoas com deficiência física e intelectual para terem uma tarde com música, apresentações de dança, sessão de maquiagem e os convites devem ser adquiridos antes da festa, que é promovida por um grupo de voluntários do projeto fotográfico “Toda Forma de Amor Vale a Pena”.

Com a intenção de incluir as pessoas, a jornalista Rose Odashima, que é uma das organizadoras, afirmou que a festa é para acabar com o preconceito. “Somos todos iguais e toda forma de amor vale a pena”.

Em entrevista, ela reforçou que todos estão convidados

Convites devem ser adquiridos antes da festa, que é promovida por um grupo de voluntários

e são bem vindos nessa festa, que contará com DJ, escola de samba, maquiadores e a dança sobre rodas, mas também há a preocupação técnica e com o bem-estar de todos que estarão presentes. “Todos detalhes foram pensados nos minuciosamente, para se enquadrar ao que é melhor para a saúde de cada participante”, concluiu.

Os interessados, devem comprar a camiseta da festa, que é o convite, no valor de R\$29,90. Pedidos devem ser feitos pelo telefone 99825-4684.

\*Texto supervisionado pelo editor.

## Educação

# Melo vai à Brasília visando recursos

O prefeito de Mogi das Cruzes, Marcus Melo (PSDB), participou ontem, em Brasília, de uma audiência com a secretária-executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro, na qual foram apresentadas três demandas para o município. Melo solicitou a implantação de dez novas creches na cidade, a liberação de recursos para a construção de uma escola de música para o programa “Pequenos Músicos...Primeiros Acordes na Escola” e a instalação de uma Instituição Federal de Ensino Superior na cidade.

“Tivemos uma audiência produtiva, na qual apresentamos demandas e fomos ouvidos com muita atenção pela secretária-executiva. Viemos a Brasília para buscar parcerias e recursos, a fim de manter a qualidade dos serviços públicos que

ofecemos em Mogi das Cruzes”, disse o prefeito, que esteve na capital federal ao lado do secretário municipal de Finanças, Aurílio Caiado.

O projeto “Pequenos Músicos...Primeiros Acordes na Escola” oferece o ensino de musicalização e ensino sinfônico para 11 mil crianças em 15 escolas municipais. Ao longo de 2017, os jovens músicos se apresentaram 119 vezes em apenas sete meses de projeto. Foram 300 horas de ensaio e 64 horas de aulas semanais.

## Frente Nacional de Prefeitos

O prefeito Marcus Melo também deu apoio ao trabalho da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), que tem trabalhado para aperfeiçoar a metodologia sobre a capacidade de pagamento dos municípios, Estados e do



Divulgação

Em reunião, prefeito falou sobre construção de escolas

Distrito Federal. Chamada de CAPAG, essa capacidade de arcar com dívidas passou a ter uma nova regulamentação desde a edição da portaria 501/2017, publicada em novembro de 2017, pelo Ministério da Fazenda.

Na prática, com esta regulamentação os municípios

serão classificados a partir de indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez. Quem possuir índices A e B será bem avaliado pelo Tesouro Nacional e poderá acessar empréstimos com juros mais baixos, por contar com a União como seu garantidor.